



[Recensão a] Silva, M. O. 2005 - Sete teses sobre o aborto

Autor(es): Barradas, Carlos

Publicado por: CIAS - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/29930>

Accessed : 19-May-2017 14:37:21

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



Antropologia Portuguesa

Volume 22-23 · 2005-2006

Departamento de Antropologia | Universidade de Coimbra

Dossier Temático

VIOLÊNCIA

que sustenta e compõe a antropologia visual tal como nos é apresentada hoje, bem como de um olhar, essoutro direccionado em frente, para as novas formas, conceitos e apropriações disponíveis numa panóplia de transformações tecnológicas que permitem, em última instância, a captação de novos públicos para a antropologia. A sua vertente inovadora, olhando para o passado em busca de referências, torna este livro um óptimo e claro manifesto reivindicativo dirigido ao redireccionamento e valorização das práticas antropológicas utilizando recursos audiovisuais.

Outras referências:

Granja, V. 1981. *Dziga Vertov*. Lisboa, Livros Horizonte.

Carlos Barradas

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
barradas@ces.uc.pt

Carina Sousa Gomes

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
carina@ces.uc.pt

Silva, M. O. 2005. *Sete teses sobre o aborto*. Lisboa, Caminho. 134 pp.
ISBN 972-21-1746-7. € 7,35

Este livro foi publicado pouco antes do segundo referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em Portugal, cujo resultado foi uma vitória do Sim à despenalização com 59,25 por cento dos votos enquanto que o Não à despenalização perdeu com 40,75 por cento dos votos. A abstenção cifrou-se num total de 56,40 por cento do total dos/as votantes inscritos/as. Num contexto no qual não se conseguia descortinar a intenção de voto mais generalista dos cidadãos portugueses, Miguel Oliveira da Silva, um obstetra-ginecologista pertencente ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e docente na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa nas disciplinas de Ética Médica e Filosofia do Conhecimento, propôs-nos este livro como algo que poderia contribuir para um esclarecimento pessoal sobre uma matéria de moldes tão complexos.

É a ideia central e inequivocamente implícita ao longo de toda esta obra de Miguel Oliveira da Silva (MOS): demonstrar como se articulam as várias dimensões subjacentes ao debate do aborto, desde a vertente legal à moral passando pela filosófica e biológica, rentabilizando o mesmo discurso para o aplicar no caso português, hoje mais actual que nunca (manifestando abertamente uma atitude pró-escolha baseada nos vários tipos de argumentos, desde médicos a legais). Cedo se percebe a intenção de evidenciar que não faz qualquer sentido a actual lei do aborto em Portugal, desconstruindo essa mesma lei bem como a forma pela qual cada uma das partes (pró-escolha e pró-vida) defende a sua posição. Há claramente um distanciamento e crítica daquilo que o autor considera um argumentário falacioso que muitas vezes se constitui como o maior ponto de debate sobre o aborto. Diz-nos isto que, em última instância, o desígnio principal deste livro é a sua função informativa. *Sete teses sobre o aborto* assume-se como um livro actual, direccionado, sim, mas também clarificador e reflexivo sobre muitas questões que por norma (e por vontades várias) passam ao lado daquilo que é o debate real.

A dificuldade inerente à escrita de um livro que versa sobre as questões relativas ao aborto é desde logo um ponto acrescido de impacto em todo e qualquer leitor, dado que esta é uma problemática à qual ninguém reage indiferentemente. Cria-se, através do embate psicológico, uma diversidade de opiniões e posturas que são transversais a todos os géneros, classes sociais, políticas ou culturais. Pessoas que inclusivamente perfilhem das mesmas opiniões em todos os outros assuntos poderão estar profundamente divididas nesta celeuma que perpassa todas as sociedades e, em particular, devido ao próprio momento no qual este livro é escrito, a sociedade portuguesa. Proceder-se-á, nesta recensão, a um sumário de cada uma das teses referidas pelo autor dado que, na minha opinião, todas elas possuem alguma carga que lhes confere um grau de intervenção igualmente repartido neste debate. A ordem seguida não será necessariamente aquela do livro uma vez que não creio que essa seja obrigatoriamente hierárquica. Enquanto que nalguns casos permanecerá, noutros ela será desrespeitada em virtude do próprio texto.

Os extremos do debate sobre o aborto situam-se entre a opinião de que este deverá ser uma opção de exclusiva responsabilidade da mulher, respeitando-a e dando espaço à sua liberdade e autonomia totais, até à total irredutibilidade daqueles que crêem que o embrião é já uma vida em germinação cujo curso não se pode interromper e portanto, desde logo, não se põe em questão que se possa interromper uma gravidez por livre-arbítrio sem uma penalização por parte do Estado. Estas questões estão representadas com mais pormenor na quarta tese, de título “A autonomia da grávida e o valor absoluto da vida humana”. Desse seccionamento

decorrem as opiniões e muitas vezes as crenças profundamente divididas. O autor é, aliás, bastante crítico em relação a ambas as posições, posicionando-se, sim, num meio-termo ideológico. Aponta a existência de fragilidades, contradições, dificuldades, incoerências, e *zonas de incerteza* que povoam a panóplia de discursos existentes, sendo particularmente crítico tanto com o discurso feminista do “esta barriga é minha” ou “aqui mando eu”, como com o discurso daqueles que acreditam que se devem condenar e punir as mulheres que fazem abortos ilegalmente. A sua própria postura, no entanto, é a de que se deve despenalizar o aborto até às dez semanas tanto por razões filosóficas como por respeito pela liberdade da mulher. Nesta diversidade de discursos o autor contextualizou convenientemente, através de pequenas notas introdutórias, alguns factores que devem ser tidos em conta quando tratamos deste assunto, tais como a laicidade do Estado, algo controverso dada a nítida influência da Igreja Católica no nosso país.

Na primeira tese “Despenalizar, legalizar, liberalizar”, o autor estabelece as diferenças entre despenalizar, legalizar e liberalizar, que quase nunca são entendidas na sua totalidade pelo grande público. Aponta também os vários estados embrionários e utiliza-os para reflectir sobre o conceito de *início de vida*, algo que na sua opinião é desprovido de sentido já que não há um instante *t* que possa indicar *é ali onde se dá o início de vida humana*. Temos então que a tese do autor no que a estes aspectos concerne é a de que não compete à ciência decidir quando começa uma nova pessoa humana, sendo essa uma decisão filosófica e/ou religiosa que *deverá integrar em cada tempo e época específicos os contributos das ciências básicas e clínicas*. Apesar dessa abordagem abrangente, a Igreja é também alvo de uma observação dada a sua rigidez na rejeição da contracepção e absoluta irredutibilidade na defesa da santidade da vida humana desde o início, nunca pactuando com qualquer tipo de destruição deliberada da mesma.

No entanto, e logo no começo, MOS deixa bem claro que não deseja a banalização do aborto nem concorda com este como método contraceptivo. Nem é essa, ao contrário do que alegam alguns defensores do movimento pró-vida, a realidade a que se assistirá no cenário da aprovação de uma alteração à lei. Assim, despenalização do aborto não significa a sua legalização ou liberalização absoluta sem qualquer tipo de controlo ou regulação, nem o médico será por esta via um simples receptáculo e agente do desígnio da mulher. O aborto é efectivamente encarado como um mal que se deverá evitar ao máximo, através das práticas de planeamento familiar e de uma educação sexual eficaz para que não se chegue a esta situação que é, muitas vezes, traumática para a mulher que o pratica e a ele se submete, frequentemente em condições de saúde profundamente precárias. Esta

questão é tratada na sétima tese, “Evitar o aborto, educar para a sexualidade”, em que o autor defende a educação sexual como uma componente fundamental no sentido de evitar ao máximo o aborto. A necessidade de uma educação para a sexualidade deve ser transversal a todo este debate, uma vez que no caso de esta não existir prevalecerá o aborto clandestino, as gravidezes na adolescência (um fenómeno dramático em Portugal) e os problemas de saúde adjacentes. Contudo, há que não reduzir a sexualidade a um fenómeno puramente mecânico, um mero mecanismo fisiológico. Há que ser acompanhada de uma educação para o afecto, ultrapassando a vertente exclusivamente preventiva, explicando que o sexo é também uma troca de conhecimento e partilha com o outro. A reflexão sobre a despenalização do aborto não pode assim ignorar a questão da construção e vivência da sexualidade.

Evidencia-se na mesma linha de reflexão crítica o tipo de linguagem utilizado (propositadamente e já com impacto previsto) pelos defensores do grupo anti-escolha (com palavras como interromper, abortar, destruir, sacrificar, matar, assassinar, infanticídio, homicídio e, depois, bebé ou criança). Sumariamente, palavras que apelam ao sentimento, sensacionalismo, autopunição e até arrependimento e que tornam, por si só, impossível a construção de pontes de diálogo ou entendimento entre ambas as partes. Crê, então, que a lei não deve ser referência de valores morais, mas sim deixar uma certa margem de manobra (embora não demasiada) que permita diferentes pontos de vista sobre a ética relativa à vida humana, ao valor de um feto, mas que nunca sejam enviadas mulheres para a cadeia por terem feito um aborto. Na conformidade do argumento, MOS disserta sobre a actual lei em Portugal, e como esta não cumpre a sua função enquanto lei, apresentando uma “punição virtual”, já que não existe uma condenação efectiva.

Na segunda tese, “A utilidade de uma nova legislação. Os médicos portugueses perante a interrupção de gravidez”, toma-se em conta qual será a postura dos médicos portugueses perante a interrupção de gravidez e a utilidade de uma nova legislação. Entre outros factores, é apontado pelo autor um profundo desconhecimento sobre a legislação em vigor em Portugal não só em relação ao nível social bem como à própria classe médica, ela também, em muitos casos, desconhecadora da realidade legislativa nacional. O autor deixa-nos com a dúvida de saber em que medida é que a interpretação e práticas médicas em Portugal poderiam mudar com uma eventual despenalização da IVG. A ideia que prevalece é a de que numa eventual mudança de lei, continuaremos a ter uma classe médica fortemente objectora de consciência. Esta é uma questão que não é (mais uma vez) consensual. Aqui joga-se mais que a mera consciência ou ética de um médico. É também uma questão que está intimamente relacionada com o Código Deontológico dos médicos, sendo este

ainda mais restritivo que a actual lei em Portugal. No entanto, há quem defenda que uma nova lei pouco ou nada alterará as coisas na prática.

É precisamente a este propósito que nos deparamos com a terceira tese deste livro, “Objecção de consciência: natureza e limites”. Os problemas que poderão ser colocados no caso de um futuro quadro com uma lei mais abrangente, antecipando o panorama da existência de blocos em peso de certos hospitais alegando objecção de consciência e impedindo assim a realização de IVG’s, são uma preocupação séria do autor. O receio da falta de um controlo rigoroso do Estado nesta matéria leva-o a estipular um conjunto de iniciativas no sentido de impossibilitar o surgimento desses mesmos problemas. Assim, o Estado tem o dever de adoptar as medidas e procedimentos necessários ao exercício sem ressalvas de uma hipotética nova lei, ao mesmo tempo que, claro, assegura o direito de objecção de consciência dos médicos e restantes profissionais de saúde sem interferência indirecta no cumprimento dos prazos legais estabelecidos. Inclusivamente, os profissionais de saúde que trabalhem no Serviço Nacional de Saúde (SNS) poderão alegar objecção de consciência nestas intervenções, mas não poderão (ao contrário do que acontece actualmente) dificultar o acesso e /ou informação às mulheres que a elas se pretendam sujeitar.

De qualquer modo, no cerne de todo o debate, está, por um lado, a autonomia da mulher grávida e, por outro, o valor absoluto da vida humana. E a questão é esta, uma grávida não tem o exercício pleno e total da sua autonomia, já que de si depende uma vida nascente, um ser em potência mas também não podem ser, por outro lado, atribuídos todos os direitos e valorativos ao próprio feto que não é para todos os efeitos ainda uma pessoa. Daí que defenda:

“a reflexão sobre o aborto não se pode reduzir a uma fácil e absoluta dicotomia entre a cega defesa da vida intra-uterina e a total liberdade da grávida. No fundo, existe aquilo que se chama constitucionalmente duplicidade na unidade: são dois seres distintos, mas um deles suporta o outro, aquele que é mais frágil e vulnerável. Ou seja, a ideia é de que até às dez semanas, prevaleça a “unidade”, em termos de bem jurídico, e a partir deste prazo, a “dualidade” predomina e só em casos graves e determinados deverá o interesse do nascituro ser sacrificado. Existe então uma escala de respeito e protecção perante o novo ser humano (pp. 86-87).”

Aliás, uma das questões que tem sido fulcral na discussão sobre a despenalização do aborto é precisamente onde se situa o início da vida. Claramente que uma discussão ou temática destas não poderia nunca ser consensual, o que se traduz em mais um dos elementos a contribuir para a ineficácia de um encontro de ideias. Aqui

MOS fala sobre as excepções previstas na lei portuguesa, com várias abordagens interessantes e bem fundamentadas, tanto no caso, por exemplo, de trissomia 21 bem como nos casos de violação. É também, uma análise profunda a esses mesmos aspectos contemplados na actual legislação que poderá ser muito útil na avaliação de uma nova lei.

O próprio aborto e o modo como é efectuado tem alterado significativamente a perspectiva de como este é encarado. Constitui a quinta tese, “Aborto cirúrgico, aborto químico”. Um dos factores apontados pelos elementos do Não é precisamente o caso de este dar origem a, devido ao facto de eventualmente se vir a realizar no SNS, imensas listas de espera, ocupação de camas nos hospitais, sobrelotação dos recursos logísticos e humanos, com todos os procedimentos associados, como anestésias, transfusões e afins. Estes argumentos são prontamente rebatidos pelo próprio autor, que aponta o aborto químico como um método que não só é mais seguro (já que não implica nenhuma intervenção cirúrgica), mas também gera aquilo a que chamou uma *economia de saúde (economia de gestão e recursos)* (pp. 103-104), com menor tempo de internamento, menos complicações, menor risco de transfusões sanguíneas e recurso a fármacos mais baratos. Competirá assim ao Estado assegurar que estas condições são cumpridas, principalmente em relação aos fármacos necessários. Em Portugal, o número de abortos por via química tem sido cada vez maior em contraposição ao cirúrgico, o que tem causado uma diminuição efectiva e visível de complicações, como idas às urgências, infecções e hemorragias. Ou seja, o aborto por vias físicas, como as agulhas de tricô ou os pés de salsa e congéneres está progressivamente a diminuir, embora na opinião do autor ainda exista, principalmente em meios mais desfavorecidos. Nestes casos, as mulheres são geralmente desrespeitadas nos seus direitos mais fundamentais, como a privacidade e intimidade que um acto destes implica.

A sexta tese, “E depois do referendo? A Assembleia da República, o SNS, as clínicas privadas”, será aquela que nos deixa as questões fundamentais, entre as quais como será a realidade após o referendo em Portugal e também a articulação entre o Governo, a Assembleia da República e as clínicas privadas. Critica, particularmente nesta tese, assim como ao longo de todo o livro, o que não tem sido feito em termos de planeamento familiar e educação sexual, embora as leis estejam criadas. No entanto, a falta de aplicação das mesmas tem sido gritante. Surge como uma inevitabilidade o tratamento do tema da confidencialidade da mulher no SNS, matéria na qual existirá sempre alguma reserva, dado que é mais difícil a manutenção de

um secretismo que será talvez mais viável numa clínica privada. O autor deixa, no final desta tese, duas questões bem prementes:

Haverá não objectores suficientes para trabalhar nas clínicas privadas, ou seja, para conseguir escoar todos os pedidos de mulheres que queiram fazer IVG's, dado que poderão ser 20.000 por ano, conforme se costuma referir?

Como reagirá o Governo nos casos em que um profissional de saúde alegue objecção de consciência no SNS e posteriormente irá trabalhar para as clínicas privadas por motivos puramente económicos?

O livro de MOS constitui-se então, na minha opinião, como um óptimo manual para reflectir sobre as várias dimensões, passadas, presentes e futuras da temática do aborto, particularmente do aceso debate e celeuma que tem gerado no contexto português. Situando-se numa perspectiva de pró-escolha, rejeita argumentos vãos e desprovidos de racionalidade. A diversidade de fontes a que recorre, bem como as análises não só a conteúdos médicos, mas também legais, sociais, económicos, éticos e religiosos, constituem indubitavelmente uma mais-valia nesta discussão. O tipo de linguagem também é muito acessível, o que torna o livro de fácil leitura, reflexão e dissecação. Dada a natureza controversa do tema, será natural que esta perspectiva poderá não ser de total agrado para uma franja da população. No entanto, dado o seu carácter informativo, essa valência capitaliza a apreciação final desta obra como muito positiva.

Carlos Barradas

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
barradas@ces.uc.pt

Serra, J. A. 2001. *Neo-humanismo: bases na natureza humana da economia, educação, saúde e sociologia*. Coimbra, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra. 381 p. ISBN 972-9006-40-7. €15,00.

Mais que “o culminar de toda uma vida de profunda reflexão, com base na análise das particulares condições do País em que nasceu, caldeada com a sua própria vivência noutros países que teve oportunidade de visitar” (p. 5) o “Neo-humanismo” de J. A. Serra é, sobretudo, uma interrogação sobre o nosso futuro, nosso enquanto país e nosso enquanto espécie.

O traço mais enriquecedor deste texto é o esforço de análise do cientista, apoiando-se nos seus vastos conhecimentos, a tentar abrir as portas do futuro, não